

Neste livro de 2006, Brian McNair apela para uma nova sociologia do jornalismo, indo do paradigma dominante do *controle* para um novo paradigma do caos. Isto é, passa de uma sociologia do jornalismo que tem sublinhado a capacidade dos grupos de elite em manobrar os *media* para imporem a hegemonia, para um mundo diferente em que o controle é interrompido por factores económicos, políticos, ideológicos e tecnológicos no processo comunicacional e em que existe uma maior dissidência das visões dos acontecimentos das elites, uma crescente competição ideológica e também uma crescente volatilidade das agendas noticiosas. No mínimo, o livro de McNair merece a nossa atenção por defender uma visão revolucionária na sociologia do jornalismo.

Segundo o académico escocês, as notícias são o que sempre foram: um relato da realidade socialmente construído. Mas McNair defende que, numa era de caos cultural, a internet se tornou uma arma de guerra, usada por organizações radicais para “disseminar imagens de terror nos lares do inimigo”, e que a capacidade das elite em manobrar o jornalismo de uma forma eficiente é a mais limitada “desde a emergência dos primeiros *media* noticiosos no século XVI”. Considera que a soberania do estado-nação se confronta hoje com a erosão de muitos dos seus poderes tradicionais, não apenas o poder de controlar a informação mas também a capacidade dos estados-nação em policiarem os fluxos de informação. Escreve McNair: “As novas divisões ideológicas globais, como o 11 de Setembro conseguiu provar, são as que opõem secularismo e religião, modernidade e medievalismo, democracia e autoritarismo” (p.9).

Brian McNair critica o paradigma do controle, a definição da realidade pelas elites privilegiadas, por tender a sugerir uma massa passiva e manipulável. Esse paradigma, nota, é acompanhado ainda de uma visão crítica do conteúdo mediático como “viciado” na sua essência pela parcialidade em favor das elites dominantes. O controle assenta em ligações: 1) económicas; 2) barreiras tecnológicas no acesso aos *media*; 3) influência de factores políticos; e 4) o poder da ideologia dominante.

O modelo de propaganda de Herman e Chomsky é visto por outros investigadores materialistas como simplista, tendo por isso adoptado uma abordagem menos instrumental ao reconhecerem uma *autonomia relativa* da super-estrutura cultural em relação à base económica da sociedade. Em *Televising Terrorism* (1983), Schlesinger, Murdock e Elliot sustentaram que o controle ainda era defendido através de um mecanismo ideológico – a imparcialidade. Daniel Hallin explorou a existência de “esferas de controvérsia legítima”. Schlesinger, de novo, critica o “mediacentricismo” do modelo da propaganda, defendendo que o domínio exercido por qualquer posição ideológica deve ser analisado como “conquista”. Escreve McNair: “Estas abordagens são tentativas necessárias de melhorar e refinar o paradigma do controle, e conseguiram tornar a sociologia do jornalismo mais próxima da complexidade do actual mundo social. Continuam contudo a mostrar-se desadequadas a uma compreensão total dessas complexidades na medida em que concebem o modo capitalista de produção como um sistema assente nas injustiças e desigualdades, mantidas por aparelhos ideológicos de controle como os *media* e as ‘agências dominantes’ que os controlam, mais do que a simples interacção entre factores políticos, ideológicos, económicos e tecnológicos” (p. 47).

Segundo McNair, o paradigma do caos sublinha as características da informação como a pluralidade de opiniões e a divergência não “apenas como aberração mas como manifestação de factores ambientais externos que influem na produção jornalística” (p. 48). Escreve McNair: “As notícias não são um agente de imposição ideológica mas o produto da interacção de todos os factores da envolvente em que se formam” (ibid). Igualmente reforça que o modelo do caos sublinha o grau de imprevisibilidade dos resultados de produção mediática, como consequência da incerteza que gira à volta da qualidade e da quantidade da informação presente no fluxo noticioso. Resumindo, o modelo do *controle* enfatiza efeitos como a lavagem cerebral e a dominação ideológica, enquanto o modelo do caos sublinha a imprevisibilidade essencial dos efeitos dos *media*.

McNair defende que cinco factores explicam a necessidade de mudar do paradigma. São eles: 1) a democratização global; 2) o aumento da importância da opinião pública tanto ao nível global como local; 3) a elevação das relações públicas ao estatuto de modelar da opinião pública; 4) o declínio da deferência do jornalismo e do público face às elites políticas; e 5) a crescente adversidade do jornalismo face às elites. Desenvolvendo estes factores, relembra

que a importância normativa do papel do jornalismo como guardião da democracia é hoje aceite em qualquer sociedade que aspire à democracia. Defende que a função democrática do escrutínio público sobre as elites é intensificada pela comercialização dos *media*. Escreve que, inseparável da grande expansão dos *media* no século XX, é a proliferação de oportunidades para os actores políticos, elites e não-elites, para intervirem e exercerem influência nos *media*. Nota que as estratégias de fontes centradas nos *media* foram adoptadas na década de 1980 pelas organizações ambientalistas como o Greenpeace. Falando do 11 de Setembro e da Al-Qaeda, escreve: “Nunca antes, uma organização de fracos recursos demonstrara capacidade para modelar a agenda mediática, a opinião pública mundial e influenciar as decisões das superpotências mundiais (p. 62). Citando Simon Cottle, McNair acrescenta: “Nos tempos que correm, ao nível da promoção, não é possível pressupor que os interesses sociais dominantes levem sempre a melhor” (p. 63).

McNair defende também que outra tendência dos tempos actuais é o declínio da deferência por parte do público e dos jornalistas em relação às fontes dominantes. Nota que um factor decisivo para o declínio da deferência do público face às elites é o apogeu dos programas de rádio e televisão com participação directa do público, ainda que acolha com agrado a participação do público. Na recente guerra contra Iraque, defende que governos como o de Tony Blair enfrentaram o escrutínio constante e crítico de um Quarto Poder hiperactivo. E no período pós-invasão, as notícias foram predominantemente cépticas. Escreve: “Durante anos, os esforços dos governos de ambos os lados do Atlântico para controlarem a cobertura mediática dos motivos que levaram à guerra, e determinarem os limites do debate em torno de certos assuntos como as armas de destruição maciça, a ética do regime iraquiano ou a performance da Coligação após a deposição de Saddam Hussein, retumbaram em insucesso, na medida em que se tornaram eles próprios a história noticiosa em destaque” (p. 70). A conclusão de McNair é: “Do ponto de vista democrático, é melhor ter excesso de excesso de escrutínio das elites sobre um assunto de tal importância, que o ter deficitário” (p. 72). Argumenta ainda que o bipolarismo ideológico e o conteúdo dos *media* têm sido uma pedra-de-toque da sociologia crítica dos *media* mas que esses pressupostos ideológicos já não se aplicam pois o caos cultural substituiu ideologicamente a ordem estruturada da Guerra Fria. Escreve McNair: “De um controlo relativamente apertado encorajado por um mundo cristalizado em dois blocos rígidos e defensivos, entrámos na turbulência de um mundo em queda livre para um buraco sem fundo de conflitos obscuros, homicidas, de tipo pré-moderno, alimentados pela intolerância étnica e religiosa, legitimados por nacionalismos concorrentes e definições de moralidade, e comunicados através de novas tecnologias da informação” (p. 83).

O mercado fornece um mecanismo muito eficiente para a circulação das discordâncias ideológicas, com ideias progressistas, enquanto mercadorias, considera. A pressão da concorrência do mercado impõe condições aos *media* de referência, mas existe um mercado – contracultural – para as ideias discordantes. Escreve McNair: “No mercado noticioso global do século XXI, o jornalismo de descobertas não é um luxo à disposição dos proprietários dos conglomerados mas uma necessidade do mercado, como demonstração visível de fiabilidade, objectividade, autoridade, independência e diversidade” (p. 97).

Na sua defesa do modelo do paradigma do caos, as novas tecnologias ampliaram as tendências anárquicas e disruptivas do jornalismo, problematizando o estatuto dos *media* tradicionais. Pondo em causa a tese do imperialismo cultural, McNair considera que o lançamento da CNN em 1980 foi o princípio do fim deste sistema. Escreve: “Com a evolução das notícias por satélite em tempo real, o conceito de imperialismo cultural tão importante para o paradigma do *controlo* torna-se, se não redundante, pelo menos desprovido da sua força crítica” (p. 116). Focando a sua atenção na internet, McNair não tem dúvidas de que o novo meio de comunicação lançou uma ponte entre o espaço público nacional em que os *media* funcionavam e o espaço comunicacional globalizado emergente. Descreve como o 11 de Setembro forneceu à blogosfera um propósito, acelerou a sua evolução e levou a uma enorme expansão dos pontos de vistas presentes no espaço público. Segundo o autor, o número de *blogs* individuais na internet aumentou de cerca de 200 mil em 2002 para 3,3 milhões nos finais de 2003, e, no início de 2005, havia pelo menos cinco milhões de *blogs* nos Estados Unidos, produzindo todo o tipo de narrativas. Escreve McNair: “De forma crescente, a internet tornou os *media* num ecossistema simbiótico em que as diferentes partes se alimentam mutuamente e todo o conjunto cresce” (p.128). No tsunami asiático de 2004, os *blogs* mostraram o seu poder comunicacional disseminando a uma audiência global centenas de testemunhos e documentos que as câmaras digitais e os e-mails tornam disponíveis. Segundo McNair, uma das

consequências da revolução dos *blogs* foi tornar mais visíveis as imperfeições dos *media* tradicionais.

Para McNair, o espaço público é globalizado quando os laços nacionais, transnacionais e globais estão ligados e interagem entre si. O exemplo de Abu Grahib é um caso em que a cobertura mediática global levou a um acto de contrição da Presidência norte-americana perante as audiências árabes e a uma maior e mais rigorosa investigação e punição dos abusos. Com o escândalo de Abu Grahib, a expansão das críticas à administração Bush exemplifica o papel adversarial do jornalismo que circula em todo o sistema mediático. O espaço público globalizado do século XXI é real, altamente competitivo, concentrado e pleno de ruído.

Neste sentido, haverá uma clara correlação entre a evolução das novas tecnologias da informação e comunicação e o declínio do autoritarismo em todo o mundo. Segundo o autor, apenas cerca de 20 por cento dos países em todo o mundo podem ainda ser classificados como autoritários. Hoje em dia, McNair defende existir: 1) melhor escrutínio das elites, 2) melhor escrutínio dos *media*; 3) descentralização e diversificação da produção mediática; e 4) globalização do espaço público. No entanto, argumenta que um ambiente mediático caótico aumenta as oportunidades para as organizações terroristas intervirem e modelarem as agendas noticiosas. Escreve: “A introdução de novas tecnologias de informação e comunicação permite a realização de espectaculares actos de terrorismo com impactos mais generalizados, e mais rápidos que alguma vez antes” (p. 177). A dissolução de tempo e espaço significou a aceleração dos fluxos de informação de um ponto ao outro, mas também a redução do tempo disponível para a decisão política.

Segundo o autor, num mundo cada vez mais caracterizado pelo paradigma do caos, a estrutura em rede da World Wide Web, em combinação com a presença da informação em tempo real 24 horas por dia nos canais por satélite, produz uma ambiente onde as torrentes informativas são mais imprevisíveis, mais frequentes e mais difíceis de conter quando irrompem. Portanto, para McNair, vivemos num ambiente informativo que já FOI caracterizado pelo *controlo* e que hoje se caracteriza cada vez mais pela concorrência, a incerteza e o caos.